



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150742 - RJ (2021/0230730-1)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : P R B R DA C (PRESO)  
**ADVOGADO** : WELBERT CARDOSO ROSA - RJ126079  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por P R B R DA C contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0084843-92.2020.8.19.0000).

O recorrente foi preso preventivamente e denunciado pela prática do delito previsto no art. 217-A c/c o art. 226, II, ambos do Código Penal.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, foi denegada a ordem (e-STJ fls. 68/69).

O recorrente sustenta a necessidade de realização de perícias, que foram indeferidas pelo juízo de primeiro grau, consistentes na prova por especialista em psicologia em abuso sexual e ginecologista.

Alega que essas perícias são essenciais para a busca da verdade real sobre os fatos e que, sem elas, não haveria provas consistentes para afirmar haver justa causa para a ação penal.

Entende, ainda, ser necessária a concessão da liberdade ao recorrente para aguardar o processamento da ação penal, visto que é primário, tem bons antecedentes e ser pessoa conceituada na sociedade em que vive.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja trancada a ação penal, em razão da ausência das provas periciais, bem como seja deferida a liberdade do recorrente devido ao excesso de prazo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em primeiro lugar, ressalto que a discussão relativa à ilegalidade da prisão preventiva em virtude do excesso de prazo para a formação de culpa não foi apreciada pela Corte de origem, na oportunidade do julgamento do *habeas corpus*.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser

conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Por outro lado, quanto ao mais, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Colhe-se do acórdão recorrido que o Tribunal de origem entendeu por manter o indeferimento da realização das provas periciais e que persistem os motivos ensejadores da prisão preventiva.

É o que se denota do seguinte excerto (e-STJ fls. 75/76):

*"Argumentou que, em 08/02/2021 o pleito restou indeferido, nos seguintes termos:*

*"(...) No que diz respeito à "entrevista de revelação, com estudo psicossocial, a ser realizado por profissional com especialidade na área de violência contra a criança e adolescente" tal requerimento já fora superado em razão da oitiva da ofendida na sala de audiências do NUDECA por meio de escuta especializada, no dia 21/01/2021, na forma da recomendação 33 do CNJ. Em relação à "designação de perícia médica a ser realizada por profissional médico ginecologista" assiste razão ao Ministério Público quanto a sua desnecessidade. Isso porque, inexistem dados concretos que indiquem qualquer desqualificação no exame pericial realizado à época dos fatos por agente público capacitado e autorizado a proceder a determinado exame e emitir laudo, bem como, não há no ordenamento jurídico que o exame de conjunção carnal e ato libidinoso diverso da conjunção carnal deve ser realizado por médico com especialização em ginecologia. Outrossim, não há qualquer comprovação de efetivo prejuízo para a defesa, valendo ressaltar a regra insculpida no artigo 563 do CPP: "Art. 563. Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.". (...)" "(...) Ademais, submeter à vítima, menor de 10 anos, novamente a exame fará com que a infante reviva todos os fatos ocasionando a sua revitimização, o que, por óbvio, é vedado pela Constituição Federal quando estabelece integral proteção ao menor. Ante o exposto, indefiro o requerido pela defesa. (...)"*

*Esclareceu que, na mesma ocasião, determinou se desse vista às partes, a fim de que apresentassem suas alegações finais e, em 10/03/2021 a Defesa requereu "(...) a desconsideração da r. decisão acima mencionada, deferindo o pedido de entrevista e perícia na forma pleiteada, por ser medida de direito e de justiça. (...)".*

*Concluiu que o processo será encaminhado ao Ministério Público, para que ele se manifeste acerca do pleito defensivo.*

*Inicialmente, deve ser ressaltado que a menor já foi*

*ouvida, restando prejudicado tal pedido.*

*A seu turno, o pedido de realização de perícia médica foi indeferido pelo Juízo a quo, não servindo o presente writ, para atacar tal decisão.*

*No que se refere à prisão preventiva, não se discute que, a prisão é medida de exceção, a qual se justifica à vista da presença dos requisitos autorizadores previstos em lei, em especial os do artigo 312, do Código de Processo Penal.*

*Nesse contexto, força é convir que o Juízo a quo, ao contrário do que sustenta a nobre Defesa, expôs os motivos concretos que embasaram a decretação da prisão, ressaltando a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.*

*O ora Paciente responde por crimes graves, mostrando-se desaconselhável a revogação da cautela constritiva, não indicando o presente Writ, tenha havido alguma mudança fática que ensejasse a pretendida revogação. Com efeito, a prisão cautelar está plenamente justificada, inexistindo motivos plausíveis que amparem sua revogação.*

*[...]*

*A seu turno, diante das circunstâncias consideradas, forçoso reconhecer que, o ora paciente não se enquadra nas hipóteses que autorizam a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, permitindo a confirmação da custódia cautelar."*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência